

# **A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960**

***Blasius Silvano Debald<sup>1</sup>***

**RESUMO:** A relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro foi marcada pela ambigüidade, sendo que os interesses, ora comuns, ora divergentes, contribuíram para a solidez da parceria que marcou as décadas de 30 a 60 do século XX. Apesar do conflito das primeiras décadas subseqüentes à proclamação da República, que contribuíram para o rompimento entre os poderes civil e religioso brasileiros, seu reatamento com a ascensão de Vargas, em 1930, pode ser considerado como uma consequência da influência do aspecto religioso sobre a sociedade brasileira. Dos vários organismos criados pela Igreja Católica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB foi a mais eficaz, principalmente durante a ditadura militar, pois se posicionou contra a tortura e as perseguições do regime autoritário. A Igreja teve uma função social importante, pois auxiliou na organização das camadas sociais, tanto na cidade como no campo através da Ação Católica – projeto de evangelização defendida pelos católicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja; Estado; relação; conflito; organização.

**ÁREA:** História.

---

<sup>1</sup> Mestre na Área Sócio-Cultural – UNISC; Professor do Curso de História da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA.  
Contato: blasius@uniamerica.br.

## **INTRODUÇÃO**

Propor a reflexão da temática Igreja Católica e sua relação com o Estado Brasileiro a partir da Proclamação da República é desafiador, pois ainda há resquícios dos conflitos ocorridos entre ambos, principalmente durante o período colonial brasileiro e com menor intensidade no império. A análise é pertinente, pois no Brasil o aspecto religioso e as manifestações de religiosidade estão presentes no cotidiano e não podem ser desassociados da vida pública estatal, uma vez que parecem esferas que se complementam. Assim, o presente artigo tem como finalidade contribuir para o entendimento da relação entre Igreja Católica e Estado, de modo especial, a partir da mudança de regime, a partir de 1889.

### **1. A IGREJA CATÓLICA A PARTIR DA REPÚBLICA**

Nos primeiros 400 anos de presença européia nas Américas, a Igreja Católica tinha um campo limitado de atuação, embora tivessem ocorrido insubordinações por parte de bispos e clérigos que não aceitavam a intervenção do Estado em questões religiosas. Durante o período Colonial e depois da independência, a Igreja dependia economicamente do poder estatal, não lhe cabendo o direito de contestar a ordem vigente. Quando isto acontecia, a repressão não tardava, através de prisões ou degredos. A criação das dioceses, o recolhimento do dízimo e o pagamento do clero eram atribuições do Estado, em virtude do padroado<sup>2</sup> (BRUNEAU, 1974. p. 31). Esta situação forçava o clero a seguir as normas estabelecidas pelo monarca português, sem poder questioná-las, pois não havia, por parte da Igreja Católica, a independência econômica.

---

<sup>2</sup> PADROADO é a outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre a Igreja local ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião católica.

Com o advento da República (1889), o governo provisório decretou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. O rompimento marcou o começo de um novo relacionamento entre o poder civil e religioso. Era complicado para a Igreja Católica organizar-se como instituição independente e sustentar-se economicamente, uma vez que não possuía estrutura que pudesse dar conta deste novo contexto. Para Cantão (1986),

a República trouxe a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, para alívio de todos, dos políticos e dos eclesiásticos. Foi talvez o único caso em que a separação da Igreja decretada pelo Estado foi por ela acolhida como libertação. Os políticos, certos de que a religião estava ultrapassada na era positivista e do progresso, acreditavam estar escrevendo o epitáfio da Igreja. Os eclesiásticos, podendo respirar em liberdade, sem a 'proteção' sufocante do Estado, viam renascer uma esperança de restauração (p. 47-48).

A ala progressista da Igreja Católica brasileira acreditava que a separação do Estado poderia auxiliar na construção de uma identidade própria, desvinculada do poder político. Contudo, a desestruturação administrativa contribuiu para o reatamento com o Estado, algumas décadas mais tarde. Em Carta Pastoral,

o episcopado aceitou a separação por não ter como reverter o processo; manifestou seu respeito ao poder constituído, aplaudiu, muito discretamente, a nova ordem e acenou para uma possível conciliação com a nova forma de governo (MARCHI, 1989. p. 32)

Na verdade, a Igreja Católica queria a independência, mas sentia-se ameaçada em relação a sua sobrevivência econômica, pois o recolhimento do dízimo e o pagamento do clero eram funções do Estado até a proclamação da República. Não contar mais com o apoio do Estado para as questões econômicas e criar mecanismos próprios de gerar recursos financeiros tornou-se uma tarefa árdua para a Igreja, uma vez que não estava preparada para assumir tal tarefa, muito mais preocupada com as questões religiosas. Segundo Bruneau (1974),

o governo provisório garantia a liberdade de culto e reconhecia a todas as religiões o direito de posse de bens; o clero católico deveria ser sustentado pelo Estado por mais um ano, depois do que as autoridades nacionais e estaduais estavam proibidas de subvencionar qualquer religião (p. 67).

Nos primeiros anos da República, a Igreja no Brasil ficou de certo modo alienada da realidade brasileira. Conforme Bruneau (1974, p. 73), esta alienação caracterizou-se pelo fato da Igreja Católica no Brasil ter-se aproximado da Igreja Universal e tentar implantar uma Igreja de moldes europeus, desconsiderando a realidade brasileira. Esta postura de certa forma beneficiou aos grupos dominantes, principalmente as oligarquias responsáveis pela sustentação da República café-com-leite, mantendo o controle do poder político na esfera estadual e nacional. A maioria da população brasileira ficou alheia ao acesso à riqueza nacional, permanecendo marginalizada da sociedade, provocando instabilidades sociais como a de Canudos e do Contestado. Associa-se a estes fatores de exclusão, a questão do analfabetismo e o processo eleitoral fraudulento que favorecia as elites dirigentes em todos os níveis do poder.

O governo republicano quebrou o monopólio da Igreja Católica e desafiou o poder de organização e força do catolicismo em terras brasileiras. Conforme Marchi (1989, p. 87), “a população brasileira continuava a pensar o mundo dentro dos parâmetros católicos, embora os homens do governo insistissem em pensá-lo de forma leiga e secularizada”.

Apesar do esforço dos republicanos para diminuir os espaços da Igreja Católica, através da proibição do ensino religioso nas escolas e da quebra do monopólio católico diante da liberdade religiosa, a Igreja conseguiu manter boa base no meio rural onde vivia a maioria da população brasileira. Nas primeiras décadas do século XX, quando vigorava o modelo republicano liberal, que beneficiava uma minoria, em virtude da política econômica agro-exportadora, a população foi esquecida, pois a economia era

direcionada para a exportação, baseando-se na monocultura e no latifúndio. A partir desta conjuntura, a Igreja Católica assumiu um discurso nacionalista, pois percebia que a população rural não era beneficiada pelo modelo econômico vigente, que beneficiava a burguesia cafeeira. Segundo Beozzo (1984, p. 67),

a Igreja tenta, sem sucesso, durante a Reforma Constitucional de 1926, negociar com o Estado laico, sua reinserção na área pública da nação, reivindicando o direito de catequese e ensino religioso na rede oficial de ensino, o serviço religioso às Forças Armadas e o valor civil do casamento religioso.

Apesar de todos os esforços, a Igreja Católica teve que esperar mais quatro anos para concretizar este anseio. Foi com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, que mudou o relacionamento entre o Estado e a Igreja.

## **2. IGREJA CATÓLICA: DA ERA VARGAS AO FINAL DOS GOVERNOS POPULISTAS.**

A ascensão de Vargas ao poder em 1930, marcou uma nova fase para a política-econômica brasileira, centrada no nacionalismo. A I Guerra Mundial (1914-1918) mostrou a fragilidade do sistema capitalista e as conseqüências desastrosas de um conflito mundial, estando em jogo a disputa pela hegemonia econômica mundial. Acrescenta-se a esta conjuntura a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929), que desestabilizou o sistema capitalista, trazendo pânico e desespero às economias de vários países. A crise de 1929 influenciou os movimentos nacionalistas da década de 30, destacando-se o Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália.

No Brasil, a década de 30 foi marcada por uma intensa valorização da economia interna. A crise de 1929 atingiu diretamente os cafeicultores e desvalorizou o principal produto de exportação: o café. Em virtude desta desvalorização e o fechamento do mercado externo, incentivou-se o desenvolvimento de empresas nacionais e criou-se obstáculos à entrada do capital estrangeiro.

Neste contexto, a Igreja desperta interesse por parte do governo de Vargas, devido a sua força e penetração junto ao povo. A Igreja Católica tinha nas mãos o povo, devido à ação pastoral que realizava junto aos segmentos sociais. O governo getulista via como uma possibilidade de aproximação com o povo, valendo-se do canal institucional da Igreja Católica, pois os segmentos populares também interessavam aos governos populistas. Este interesse comum aproximou a Igreja do Estado, após vários anos de separação. Segundo Lima (1986), esta aproximação foi selada com a Constituição de 1934, que reatou as relações entre o Estado e a Igreja Católica, proporcionando um trabalho em parceria.

É neste espírito de cooperação que nos anos trinta floresceu um movimento dentro da Igreja que fortaleceu o catolicismo brasileiro. Trata-se da Ação Católica, um novo jeito de ser Igreja que marcou a ação pastoral até o Golpe Militar de 1964. Segundo Bruneau (1974, p. 89), a Ação Católica foi oficialmente fundada no Brasil em 1935. Foi o primeiro programa oficial em termos de uma ação pastoral nacional. A Ação Católica era um movimento internacional, tido como algo especial na Igreja. Seu objetivo era formar o apostolado da Igreja, mas renovado em seu método, em sua aplicação, para enfrentar as novas condições impostas pelo momento histórico. Segundo Guglielmelli (1981, p. 21), a Ação Católica oportunizou a participação dos leigos na construção de uma Igreja mais real, mais próxima do cotidiano das pessoas comuns.

A participação dos leigos na Igreja mexeu com a sociedade como um todo. No campo político, os católicos fundaram, em 1930, a Liga Eleitoral Católica (LEC). A LEC era uma instituição formada por católicos e tinha por objetivos:

a) alistar, organizar e instruir o eleitorado católico;  
b) assegurar o voto católico para os candidatos que aceitassem o programa da Igreja e concordassem em defendê-lo na convenção da futura Assembléia Constituinte (p. 84).

Na eleição de 1933, para compor a Assembléia Constituinte, a maioria dos candidatos apoiados pela LEC foram eleitos. A Igreja Católica tinha interesse na eleição de candidatos comprometidos com a causa católica, pois só assim seria possível manter o vínculo entre a instituição religiosa e o Estado.

A Ação Católica foi desde a década de 30 até meados da de 60 a forma organizativa da Igreja Católica. Tanto no campo como na cidade, independente da idade, todos os católicos estavam envolvidos com o projeto de evangelização defendido pela Ação Católica.

Se a Ação Católica foi um dos movimentos mais marcantes da Igreja durante quase quatro décadas, outras experiências destacaram-se neste período. Foi o caso da Ação Popular, que surgiu como uma outra força política entre os católicos no começo da década de 60. Segundo Bruneau (1974), A Ação Popular (AP) foi

fundada por militantes jucistas, não como partido político, mas lutando contra a dominação do capitalismo nacional e internacional. Visa à mobilização do povo, desenvolvendo seu poder de organização e consciência (p. 187).

E Botas (1983, p. 127) acrescenta:

a característica mais importante da Ação Popular, naquele período, é a sua própria definição ideológica pluralista: seus integrantes jogavam em várias frentes de luta, das tendências mais reformistas às mais radicais.

Os integrantes da Ação Popular buscavam alternativas para o capitalismo e queriam uma sociedade mais humana. Defendiam reformas administrativas e políticas voltadas para a geração de empregos. Além disso, eram favoráveis ao aumento do poder aquisitivo, melhorias nas condições básicas de vida e humanização das relações de trabalho.

Quanto às relações de trabalho, a Igreja preocupou-se com o operariado, especialmente o urbano. Neste meio, destacaram-se os Círculos Operários, fundados em 1932 pelo

Pe. Leopoldo Bretano. Bruneau (1974, p. 143) afirma que a Igreja estava satisfeita com as relações de trabalho do governo Vargas, de modo que orientou os Círculos Operários para que aceitassem a forma varguista. Contudo, a política econômica do governo Vargas era mais favorável ao empresariado do que às classes trabalhadoras, apesar da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas e da redução da jornada de trabalho.

Num período posterior, 1960, foi fundada a Frente Nacional do Trabalho (FNT), tendo como fundador Mário Carvalho de Jesus. Foi uma organização operária da Igreja e surgiu após a greve da Companhia de Cimento Perus de São Paulo. Segundo Bruneau (1974, p.165), *"o movimento se situava ao lado da Igreja e ao lado dos sindicatos, tentando mudar o sistema de sindicatos, enquanto evangelizava o meio"*.

Apesar de todos estes movimentos, a Igreja enfrentou dificuldades junto ao operariado, pois sua ligação com o Estado impedia contrariá-lo no que diz respeito a reivindicações de melhorias salariais. Na área sindical, a Igreja destacou-se principalmente no meio rural. Para Bruneau (1974, p.196),

o engajamento da Igreja no sindicalismo rural começou em 1959, quando Maria Galanzas, que já havia uma década, trabalhava para mudar as atrasadas e injustas estruturas rurais, falou com Dom Eugênio Sales, em Natal, sobre a necessidade de tal movimento.

Na época, Dom Eugênio Sales deu total apoio à sindicalização. Voltar-se para o meio rural era uma necessidade, uma vez que na década de 60, 54% da população ainda residia no meio rural. Para combater as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, simpatizante do socialismo, a Igreja fundou no Nordeste vários sindicatos, apesar dos empecilhos do Ministério do Trabalho para aprová-los. No Rio Grande do Sul, no final da década de 50, a Igreja fundou a Frente Agrária Gaúcha (FAG), organismo que defendia os interesses dos trabalhadores rurais.



Outro campo em que a Igreja se destacou no período compreendido entre as décadas de 30 e 60 foi na educação. A Igreja realizou interessantes experiências, destacando-se o Movimento de Educação e Base (MEB), primeiro programa assumido, orientado e inspirado pela hierarquia, mas entregue aos leigos nos aspectos da reflexão, planejamento e execução. O MEB entendia a educação de base não só como alfabetização, mas principalmente como a mobilização social. Para Bruneau (1974, p. 196), “o MEB era um programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançado por Dom Eugênio Sales, em Natal, em 1958”.

Antes da criação do MEB, em 1945, havia sido fundada a Associação de Educação Católica (AEC). Seu objetivo “era o de atuar como um grupo de pressão para unificar e defender os interesses da Igreja na educação” (BRUNEAU, 1974, p. 125). A AEC tinha como bandeiras de luta a educação, principalmente quanto à questão da distribuição dos recursos; a família, como base da educação; e acabar com o monopólio do Estado em relação a educação. A AEC teve participação expressiva na elaboração da Lei 4.024 de 1961, utilizando os meios de comunicação de massa, promovendo debates, visando assegurar uma educação sob moldes cristãos.

Nasceu também neste período uma das maiores organizações da Igreja, buscando resgatar o papel da Igreja como instituição. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 1952, pelo Mons. Helder Câmara e aprovada, posteriormente, pelo então Secretário de Estado do Vaticano, Mons. Giovanni Montini. A CNBB firmou-se como instituição e conseguiu dar organicidade à Igreja no Brasil. Influenciou nos rumos da Igreja, principalmente durante o Regime Militar. Os objetivos de Dom Helder Câmara ao fundar a CNBB eram: criar uma coordenação nacional da Igreja, urgente e necessária em vista da rápida expansão das dioceses, ocorrida, principalmente, no início da década de 50; animar a instituição toda a tomar parte das mudanças sociais.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica nas áreas da educação e do sindicalismo e, por mais que concordasse com a política estatal, a relação entre o Estado e a Igreja sofreu sério desgaste no começo dos anos 60. O distanciamento fez com que a Igreja Católica optasse pelo apoio aos golpistas militares de 1964, selando uma das mais trágicas opções do episcopado brasileiro.

A reaproximação do Estado com a Igreja Católica, principalmente a partir da Era Vargas demonstra a influência do aspecto religioso sobre a sociedade brasileira. A união foi benéfica tanto para o Estado quanto para a Igreja, pois o primeiro necessitava do povo para legitimar a *revolução de 30* e o *golpe de Estado de 37* e a segunda, queria ampliar sua influência religiosa numa sociedade capitalista e anticomunista. Desta forma, a Igreja e o Estado, durante as primeiras décadas do período republicano, demonstraram que um necessitava do outro para alcançar seus fins, embora houvesse momentos de crise, como o da véspera do golpe militar, quando a Igreja aderiu à marcha contra as medidas reformistas de Goulart.

Assim, Igreja e Estado no Brasil não podem ser vistos como adversários, mas como parceiros. E como tal, conseguiram convencer a população da necessidade de ambos para a funcionalidade da sociedade, principalmente após o período de reaproximação – meados da década de 30, até meados da década de 60, quando rompe com o Estado autoritário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEOZZO, O. História da Igreja Católica no Brasil. In: **História da Igreja**. Porto Alegre: IPJ, 1984.

BOTAS, P. C. L. **A bênção de abril**: Brasil urgente: memória e engajamento católico no Brasil 1963/64. Petrópolis – RJ: Vozes, 1983.

BRUNEAU, T. C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CANTÃO, F. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUGLIELMELLI, D. A. **A Ação Católica, forma mais adequada do apostolado moderno**. Mariana: CDPJ, 1981.

LIMA, A. A. **Indicações políticas: da revolução à constituição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARCHI, E. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. **Revista Questões & Debates**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1989.

